



DINÂMICAS DA LINGUAGEM: O ENSINO E A PESQUISA EM LÍNGUA, LITERATURA E ARTE

Agnaldo Rodrigues da SILVA¹
Taisir Mahmudo KARIM²

Resumo: Procuramos desenvolver, neste artigo, uma reflexão sobre o ensino de língua, literatura e artes nas escolas públicas do Brasil. Tomamos o lugar que considera a pesquisa como parte constitutiva da relação ensino/aprendizagem. Um processo contínuo que leva em conta o lugar do professor pesquisador sem deixar de lado a prática cotidiana do aluno. Revisitar métodos pedagógicos estabilizados em escolas públicas quase sempre nos leva a novas pesquisas que buscam apontar novos caminhos para o ensino da língua, literatura e arte, e é com esse intuito que propomos apresentamos neste texto, um olhar contemporâneo que considere o novo paradigma social que exige e desafia, nós pesquisadores da linguagem, a construir uma escola capaz de acompanhar e compreender os alunos do novo milênio.

Palavras-chave: Ensino. Escola. Pesquisa. Língua. Literatura.

Abstract: We aim to develop in this article reflects on the teaching of language, literature and arts in the public schools of Brazil. We take the place that considers research as a constitutive part of the teaching / learning. An ongoing process that takes into account the place of the teacher researcher without leaving aside the daily practice of the student. Revisiting stabilized teaching methods in public schools almost always leads to new research seeking new paths to the teaching of language, literature and art, and it is with this in mind that we propose in this text, a contemporary look that considers the new social paradigm that demands and challenges we researchers of language, build a school able to follow and understand the students of the new millennium.

Keywords: Education. School. Search. Language. Literature.

1. O ensino e a pesquisa em língua materna

Tratar de questões que traz a problemática do ensino de língua nas escolas do Brasil não tem sido tarefa fácil para os estudiosos da linguagem, não raras vezes, essas questões tem ocupado um espaço importante nas pesquisas das universidades brasileiras.

Muitas escolas de aplicação das universidades apresentam novas propostas metodológicas para o ensino/aprendizagem da língua, essas propostas são resultados de sucessivos trabalhos científicos desenvolvidos por pesquisadores da linguagem com os quais estes põem em prática suas propostas que possibilitam percorrer novos caminhos na busca de uma melhor proposta metodológica para o ensino de língua, uma proposta que condiz com a realidade de vida dos alunos das escolas brasileiras, este tem sido o tom desse grande desafio

¹ Pós-doutorado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), mestrado e doutorado em Letras (Est.Comp. de Liter. de Língua Portuguesa) pela Universidade de São Paulo. Universidade do Estado de Mato Grosso. Cáceres-MT/Brasil. agnaldosilva20@uol.com.br

² Doutorado em Linguística. Universidade do Estado de Mato Grosso. Cáceres-MT/Brasil. taisirkarim@hotmail.com



para os estudiosos do ensino de língua, ou seja, fazer do ensino de língua uma atividade prazerosa que se correlacione com a realidade da prática social dos estudantes, diríamos, são os múltiplos olhares sobre a diversidade sócio cultural e linguística desses alunos sendo consideradas. Segundo Irandé Antunes 2013, p. 1:

A única forma de regular e efetivar a comunicação é o texto. Somente sob a forma da textualidade as pessoas interagem verbalmente. Mas: somente sob a forma do texto contextualizado, interagimos, exatamente porque somos pessoas “de carne e osso”, situadas em um tempo e em um espaço. [...] Já não é sem tempo; ou melhor, já passou do tempo: a escola tem que tomar consciência de sua responsabilidade de criar condições para que os alunos desenvolvam as múltiplas competências em escrita e leitura de textos: adequados à situação (logo, correto, às vezes) e relevantes (expressando conteúdos significativos que interessem vivamente aos leitores presumidos). [...] atividades de leitura e escrita planejadas e revisadas; focalização da escrita em outras questões que não apenas a correção gramatical. Ler e escrever não são um dom inato; que nasce com o sujeito; mas são frutos de um trabalho persistente, continuado e perseverante de prática, prática, prática...

2. O ensino e a pesquisa em literatura e arte

Discutir o ensino de literatura e arte na escola pública é uma situação pouco confortável na educação brasileira. Do mesmo modo, podem-se pensar a respeito da discussão metodológica sobre os conteúdos dessas disciplinas, com foco na prática pedagógica do dia-a-dia da sala de aula, situações que exigem criatividade e dinamismo que superem dramas históricos de aulas densas e cansativas sobre autores e obras da literatura nacional. Soma-se a isso, a superação de um ensino de arte que se baseava em aulas de desenho e pintura (no caderno de desenho), aulas que, na maioria das vezes, eram ministradas por profissionais sem qualificação adequada (aspecto ainda não superado em um número significativo de escolas).

Muitos aspectos têm colaborado para que a literatura e a arte, no currículo da educação básica, não tenham visibilidade quanto à promoção de um trabalho consistente e eficaz. Referimo-nos, especificamente, a dois aspectos fulcrais que deixaram essas duas disciplinas (que para muitos pesquisadores são áreas de conhecimento) prejudicadas no contexto do ensino aplicado nas escolas, nos dias atuais: ausência da literatura, como disciplina, no currículo da educação básica pública e a falta de professores qualificados em arte (artes visuais, teatro, música e dança) no corpo de docentes das escolas, profissionais que possam assumir a disciplina de forma coerente aos objetivos propostos pelos Parâmetros Curriculares Nacionais. Além disso, Silva (2011) lembra um aspecto fundamental no ensino dessas disciplinas:



Os professores de literatura e de arte precisam estar comprometidos. Não há mais lugar para o tipo de professor que está preocupado apenas com as suas horas de aula, com a sua disciplina isoladamente, sem se preocupar com a multidisciplinaridade e o mundo globalizado. Ou aquele professor que está na carreira docente meramente por questão de sobrevivência ou status, sem nutrir o desejo de ser um educador envolvido com o todo educacional. O professor dever assumir o estabelecimento de ensino como o seu espaço de atuação, aperfeiçoamento e, sobretudo, espaço de luta por melhorias educacionais e democratização do saber (p. 24)

Programas do Ministério da Educação, tais como: PIBID (Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência), Novos Talentos, Observatório da Educação, Prododência e Parfor, têm possibilitado às diversas áreas de conhecimento uma convivência consolidada nas escolas públicas de educação básica. Por meio deles, professores da Educação Superior, professores da educação básica, alunos de graduação de licenciatura, alunos da rede pública de ensino e demais profissionais da educação, articulam-se na busca de melhorias à educação brasileira. Na área de Letras e Artes, especificamente nas disciplinas de literatura e arte, é possível identificar as problemáticas de formação de professores, bem como no processo ensino-aprendizagem nas escolas e na própria universidade.

Isso significa que os problemas relacionados ao processo ensino-aprendizagem dessas disciplinas não se aplica apenas na educação básica, mas também na educação superior, criando o círculo vicioso observado por diversos pesquisadores ao longo do tempo. Círculo que materializa a impotência da docência em mudanças significativas quanto ao ensino de literatura e arte em graus diferentes da educação no país, impotência esta aliada a uma política de governo ainda incipiente, voltada à qualificação de docentes da educação básica em áreas específicas de conhecimento e ao tratamento das disciplinas no currículo escolar. As políticas públicas voltadas à educação devem, necessariamente, “compreender a diversidade sociocultural e histórica das regiões dos estados, integrada á diversidade nacional, presentes no ambiente de trabalho como riqueza de conhecimento e de saberes humanos” (SILVA, 2011, p. 20).

Três pontos são cruciais na discussão em pauta: primeiro, refere-se a diminuição dada à disciplina de literatura no currículo da educação básica, cujo trabalho depende da boa vontade do profissional da área de Letras, que disponibilizará, a seu critério, um tempo determinado para trabalhar literatura na disciplina de língua portuguesa; segundo, constitui-se na falta de professores qualificados em arte para o trabalho com a disciplina, tendo em vista que são raras as IES que ofertam a licenciatura no país, apesar das tentativas de qualificação



fomentadas pelas segundas licenciaturas; terceiro, gera-se pela falta de um trabalho mais consistente, nas licenciaturas de Letras, que capacite o indivíduo para o exercício da docência na disciplina de literatura, tendo em vista que os egressos apresentam vasto conhecimento específico da área, mas frágeis condições de prática docente no exercício do ensino de literatura aos ensinos fundamental e médio.

Em relação aos aspectos pontuados acima, podem-se destacar algumas soluções, que não são novidades, porém parecem difíceis de serem implementadas. Entre elas, relacionamos:

3. O direito à literatura

O retorno da disciplina de literatura no currículo da educação básica, como fator necessário à formação humana, um requisito fundamental para educação cultural e humanística do indivíduo. A literatura é um bem cultural, a qual todos, sem distinção, devem ter o acesso, partindo, obrigatoriamente, de atividades escolares, desde a educação infantil.

A perspectiva de Antonio Candido (1995) é fundamental nesta discussão, quando em *Vários Escritos*, o crítico discute o direito à literatura. Perceber o acesso à literatura como parte dos direitos humanos ainda não se concretizou, ao passo que ela tem sido negada como parte integrante (disciplina autônoma) no currículo da educação básica brasileira. Literatura como direitos humanos significa compreender a aquisição dessa cultura como elemento essencial à educação individual e coletiva, com poder transformador socioexistencial, uma vez que literatura e arte são, essencialmente, caminhos que levam à humanização. Por que considerar a literatura, e também a arte, como partes integrantes dos direitos humanos?

Por quê? Porque pensar em direitos humanos tem um pressuposto: Reconhecer que aquilo que consideramos indispensável para nós é também indispensável para o próximo. Esta me parece a essência do problema, inclusive no plano estritamente individual, pois é necessário um grande esforço de educação e autoeducação, a fim de reconhecermos sinceramente este postulado. Na verdade, a tendência mais funda é achar que os nossos direitos são mais urgentes que os do próximo (CANDIDO, 1995, p. 172).

Nessa perspectiva de Candido, entram em pauta outros aparatos necessários nessa compreensão de literatura como um direito humano, quando voltamos os olhos para coisas fundamentais a nossa vivencia. Por exemplo: poder-se-ia dizer que não precisamos de literatura tanto quanto necessitamos de comida, moradia, vestimenta e outras questões que seguem para necessidades que, sanadas, permitem uma vida digna. Pensar desse modo seria



fechar os olhos para sentidos além daqueles que possam indicar caminhos tão profundos quanto é a complexidade da educação para a vida (para o mundo).

Propiciar acesso à literatura desde os primeiros anos de formação, de forma sistematizada, por intermédio de uma disciplina do currículo escolar, sem dúvida, consiste na formação de hábitos para leitura, mediante um trabalho sério e bem orientado. Se no passado a disciplina não fora bem trabalhada, a solução seria a qualificação dos profissionais da área, e, de maneira alguma, a sua exclusão do currículo escolar (como disciplina). Rezende indicou que

O ensino da literatura, em todos os níveis, precisa ser repensado, visando promover o ensino da concepção estética da obra, da criação do texto literário com suas imagens e funções cognitivas, lúdicas e catárticas, porque esse ensino se tornou justamente o que Coelho recomendou que se evitasse: ‘apenas o pretexto para o professor pular para as questões gramaticais’. O processo crítico e criativo está sendo esquecido, pois é muito mais fácil aprovar o aluno com a nota mínima exigida pela escola, do que ajudá-lo a pensar (REZENDE, 2011, p. 45).

A educação é dinâmica, como sabemos. Trabalhar a literatura integrada ao ensino de língua, como parte do planejamento dessa disciplina, não tem funcionado, é preciso mudar. Os profissionais da área de Letras são as chaves para que essa mudança se concretize. Afinal, quem melhor saberá sobre as diretrizes da própria área de atuação? Pensemos nisso! Mas não é uma reflexão que deva se estender por anos e anos, já que o tempo não espera, e a humanidade precisa da literatura e da arte para preencher os seus vazios; fundamentalmente, as crianças e jovens precisam dessa formação para lhes situar humanisticamente nesta era de grandes avanços científicos e tecnológicos, impulsionados pela globalização.

4. Ensino de arte e a qualificação profissional

Quando se fala em ensino de arte nas escolas públicas de educação básica em algumas regiões do Brasil, podemos dizer que o problema está posto, mas a solução longe de ser alcançada. Ou seja, primeiro criou-se o problema para depois se buscar a solução. Em muitas regiões do país, principalmente as periféricas, há poucos profissionais formados em arte, de modo que o ensino dessa disciplina na educação básica ficou amplamente prejudicado. A disciplina está criada, no currículo, mas são escassos os profissionais qualificados, forçando (seja por boa vontade ou necessidade) professores de outras áreas a fazer um trabalho aquém do esperado, nem sempre bem orientado.



Os Parâmetros Curriculares Nacionais da área de Arte (1997) indica o ensino da disciplina em quatro direções distintas, que constituem especialidades: Artes Visuais, Dança, Música e Teatro. De início, um grave problema se estabeleceu, tendo em vista que dificilmente se encontraria um profissional docente que tenha formação em todas essas especialidades, para o desenvolvimento do trabalho proposto. Não se discute a viabilidade do ensino dessas artes, pois elas são fundamentais no desenvolvimento das potencialidades humanas, dentre elas a sensibilidade, um passo à humanização. Ressalta-se, ainda, que as quatro direções apresentadas ao ensino da disciplina são coerentes e abarcam, de forma didático-científica, uma proposta capaz de gerar excelentes trabalhos na educação básica.

Colocam-se em causa os profissionais disponibilizados a desenvolver o trabalho nas escolas, de forma a atender todas as especialidades indicadas pelos Parâmetros Curriculares, sem falsear a qualificação de profissionais ao desenvolvimento das atividades docentes. Para o ensino de arte, disciplina fundamental ao desenvolvimento de potencialidades humanizadoras, não pode haver “quebra-galhos”. Essa é uma atitude incoerente e constitui um erro educacional bastante grave. Ora, se o ensino de arte na educação básica requer um trabalho voltado às artes visuais, dança, música e teatro, que a escola tenha docentes disponíveis ao trabalho para todas essas modalidades, com formação adequada. Quer dizer, especialistas nessas áreas.

Os Parâmetros Curriculares afirmam que

A educação em arte propicia o desenvolvimento do pensamento artístico, que caracteriza um modo particular de dar sentido às experiências das pessoas: por meio dele, o aluno amplia a sensibilidade, a percepção, a reflexão e a imaginação. Aprender arte envolve, basicamente, fazer trabalhos artísticos, apreciar e refletir sobre eles. Envolve, também, conhecer, apreciar e refletir sobre as formas da natureza e sobre as produções artísticas individuais e coletivas de distintas culturas e épocas. O documento de Arte expõe uma compreensão do significado da arte na educação, explicitando conteúdos, objetivos e especificidades, tanto no que se refere ao ensino e à aprendizagem, quanto no que se refere à arte como manifestação humana. (1997, p. 10).

A compreensão sobre o ensino de arte, manifestada no trecho acima, faz um indicativo interessante que se propõe um trabalho no qual se deve produzir arte, apreciar e refletir sobre ela. Não é toda pessoa que tem a sensibilidade aflorada que permita apreciar uma obra de arte e, sobretudo, refletir sobre os seus aspectos humanos. Para isso, é necessário qualificação. Ora, para o trabalho com as demais disciplinas do currículo, exige-se qualificação, porque não exige-la para arte? O que colocamos em questão é a qualificação



sistematizada, professores que tenham cursado uma licenciatura em arte, que tenha adquirido a competência docente para o desenvolvimento de um trabalho com o conhecimento de causa.

Atribuir à arte um lugar de destaque na educação é um desafio à sociedade atual. Em época quando se discutem a pós-modernidade, não se podem admitir pensamentos primitivos, que considerem uma disciplina voltada ao desenvolvimento da sensibilidade humana “terra de ninguém”. É isso que se verifica. A arte é uma disciplina que está servindo para completar a carga horária de um determinado professor, sem formação docente para o exercício do trabalho. Nessa direção, os imperativos tornam-se outros, quem sabe articular educação básica e superior, em prol de busca de soluções para tal dificuldade.

Em *Universidade Política*, Silva (2010, p. 15) afirma que “o ensino superior no Brasil segue ao ritmo dos tempos atuais e aos imperativos da sociedade moderna”. Esse pensamento atualiza de forma consistente o processo educacional de forma geral, tendo em vista que concentra os valores da dinâmica educacional e as necessidades individuais e coletivas de cada contemporaneidade. A educação contemporânea, portanto, se faz pelas necessidades apontadas pelas correntes científicas de cada momento histórico, permeadas pelas bases humanísticas dos diferentes campos do conhecimento. Considera-se, ainda, que

as universidades têm papel preponderante nesse processo. Mas o que acontece com os profissionais que estão se formando? E com os que se formaram há mais tempo? Para os primeiros, existe uma (até natural) distância entre a vivência acadêmica e o mundo da escola. Entre os segundos, a distância é entre a formação inicial e a experiência profissional. As universidades precisam continuar com suas prerrogativas; porém, conhecendo melhor a escola. Ao mesmo tempo, os projetos político-pedagógicos das escolas precisam refletir os anseios da comunidade escolar sem deixar de amparar-se nos referenciais teóricos e nos instrumentos de pesquisa construídos na academia (VIEIRA, 2007, p. 177-178).

O confronto entre educação básica e educação superior, feito acima, teve um propósito: mostrar que as IES precisam rever os seus currículos, a fim de atender as necessidades de formação docente à educação básica. Um caso claro dessa falta de diálogo são os escassos cursos de licenciatura em arte que observamos hoje nos estados periféricos, principalmente. De outro modo, esse mesmo descompasso pode ser observado quanto à literatura, quando um significativo número de cursos de letras habilitam professores para o exercício docente nessa disciplina, ela é reduzida na educação básica (deixando de ser uma disciplina autônoma). Definitivamente, os dois níveis educacionais precisam rever suas



práticas e reformular os seus currículos de forma integrada e não isoladamente, como se fossem setores estanques.

A importância do trabalho com a arte abrange

uma função igualmente importante que o ensino da arte tem a cumprir diz respeito à dimensão social das manifestações artísticas. A arte de cada cultura revela o modo de perceber, sentir e articular significados e valores que governam os diferentes tipos de relações entre os indivíduos na sociedade. A arte solicita a visão, a escuta e os demais sentidos como portas de entrada para uma compreensão mais significativa das questões sociais. Essa forma de comunicação é rápida e eficaz, pois atinge o interlocutor por meio de uma síntese ausente na explicação dos fatos. A arte também está presente na sociedade em profissões que são exercidas nos mais diferentes ramos de atividades; o conhecimento em artes é necessário no mundo do trabalho e faz parte do desenvolvimento profissional dos cidadãos. O conhecimento da arte abre perspectivas para que o aluno tenha uma compreensão do mundo na qual a dimensão poética esteja presente: a arte ensina que é possível transformar continuamente a existência, que é preciso mudar referências a cada momento, ser flexível. Isso quer dizer que criar e conhecer são indissociáveis e a flexibilidade é condição fundamental para aprender. (PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS - ARTE, 1997, p. 20).

Arte, como uma área de conhecimento capaz de transformar o ser humano para melhor, independente da profissão que exerce, atribui uma posição significativa à disciplina, uma vez que está sendo vista pelos Parâmetros Curriculares como uma necessidade individual e coletiva, humanizadora e promotora do desenvolvimento sociocultural e político da sociedade.

A partir da arte e da literatura, o indivíduo poderá permear pela matemática, filosofia, sociologia, informática, história, geografia, demais linguagens e áreas do saber. Por isso, é necessário dar a ela a devida importância, profissionais adequados, condições de trabalho. Arte e literatura, como representações sociais, fazem o indivíduo pensar, rever a própria existência, buscar mecanismos que o tire da crise existencial que mergulha, gradativamente, sem que perceba.

5. A pesquisa em linguística no panorama contemporâneo

Atualmente, os cursos de Letras das universidades brasileiras têm se preocupado com a construção de uma matriz curricular que de conta das perspectivas que consideram a pesquisa em linguagem um mecanismo capaz de enfrentar de frente os problemas que repetidamente aparecem nas escolas com relação ao ensino de línguas. Sistemáticamente, nos pegamos em discussões que levantam dúvidas sobre o falar trazido pelo aluno, é como se esse



falar fosse o pecado capital para o retrocesso do ensino da língua, digo retrocesso, por entender que a instituição de ensino do Estado (representada pelas escolas brasileiras), silencia os pequenos, mas, falantes sujeitos alunos que dão vida a elas. Objetivando o deslocamento deste lugar vil das escolas, novas propostas são experimentadas pelos cursos de Letras, reformulações de matrizes curriculares proporcionam novas práticas de ensino que corroboram nesse processo, são propostas de pesquisas mais centradas, que se volta para o ensino aprendizagem a partir da series fundamentais do ciclo básico.

O olhar para a formação dos jovens profissionais da linguagem mira no sentido de que o ensino da língua deva proporcionar uma relação professor/aluno e ou ensino/aprendizagem, que leve em conta o funcionamento de linguagem a partir das práticas sociais dos indivíduos que as frequentam. Esses novos caminhos procurados e percorridos pelos profissionais das letras vem sendo redesenhados pelos resultados sólidos das pesquisas em linguagem imprimidas por esses profissionais, são pesquisas que tratam das várias vertentes do conhecimento da grande área de Linguística, Letras e Artes que procuram dar respostas e conta aos problemas que a própria escola, de alguma forma acaba por construir. Essas ações buscam resultar a melhoria da formação dos acadêmicos de graduação de letras e, conseqüentemente apresentar um profissional das letras sensível a essas sutis, mas importantes observações do funcionamento da linguagem no convívio sócio-histórico dos sujeitos alunos.

6. Língua e literatura – entre dinâmicas de ensino e propostas metodológicas

O ensino da língua portuguesa no Brasil, como componente curricular, foi um acontecimento tardio, pois somente aconteceu na segunda metade Século XIX. As relações entre o ensino de língua materna e o de literatura sempre foi um problema na escola pública de educação básica, um percurso histórico que resultou em momentos de auge no ensino dessas disciplinas ou em privilégio de uma em relação à outra. Mas precisamente um foco maior na língua materna.

Por muito tempo a relação entre tais disciplinas motivaram descontentamento aos profissionais de letras que se enveredaram pelos trilhos do ensino da literatura, pois até a década de 1950 o currículo da língua portuguesa voltava-se para o ensino da gramática, em um trabalho focado à modalidade eleita padrão. A literatura quase não tinha lugar, mas era utilizada como suporte de ensino da língua, com textos onde os estudantes buscavam a fluência na leitura e escrita.



Foi justamente nos anos de 1950 que se redimensionaram o ensino da língua materna, pois se exigiam uma metodologia que unisse gramática e texto. Esse procedimento metodológico que acompanhou o ensino da língua e literatura ao longo do tempo, até mais ou menos a década de 1990, lançava a obra literária ao fadado ensino da gramática, pois os alunos, a partir do texto literário, desenvolviam exercícios práticos ao aprendizado de normas gramaticais e questões relacionadas.

Nessa mesma década, voltam ao cenário da educação brasileira novos debates que apresentavam novas propostas ao ensino da literatura e da língua materna. Os críticos voltados a área defendiam um ensino de literatura que pudesse valorizar o texto frente a temática e a estética, ou como um instrumento poderoso no processo para despertar o gosto do aluno pela leitura (no debate, anotam-se a presença de Nelly Novaes Coelho, Regina Zilberman, Teresa Rocco, Magda Soares, entre outros). No interior das universidades, as Licenciaturas em Letras pensavam novas propostas de currículo e levavam às escolas, pelas disciplinas de estágio, metodologias que dinamizavam a intertextualidade entre língua e literatura, sem matar o valor do texto literário. Essa proposta vigorou até os dias atuais, mesmo diante do desaparecimento gradual do ensino de literatura no currículo do ensino básico no país.

Hoje, nos Cursos de Letras, a relação entre língua e literatura toma caminhos interessantes, pois as disciplinas pensam ações voltadas não só ao conhecimento específico, mas também práticas voltadas à formação de professores. Os programas lançados pelo Ministério da Educação, tais como: PIBID; Observatório da Educação; Prodocência e Novos Talentos, somaram no redimensionamento das licenciaturas no Brasil, e para o ensino de língua e literatura foi um grande avanço que forçou a retomada da discussão a respeito de um ensino centrado na qualidade dos professores em formação.

As escolas públicas de educação básica, portanto, passaram a ser parceiras das universidades, funcionando como importantes laboratórios aos licenciandos, que além das teorias estudadas (nas IES), passaram a conviver com a prática do ambiente escolar durante um período significativo de formação. Na verdade, os estágios curriculares estavam fadados ao fracasso, pois as escolas não recebiam de bom grado os alunos de licenciatura. No entanto, os novos programas do MEC forçaram o aparecimento de novas propostas que fortaleceram positivamente as relações escola/universidade, nesta frutífera parceira que se desenvolve na atualidade.



7. Referências

ANTUNES, Irandé. **Análise de textos: fundamentos e práticas**. São Paulo – SP, Parábola Editorial, 2010.

_____. **A escrita escolar: uma prática que desenvolve nos alunos a consciência de ser ‘autor’?** (2013). Disponível em: http://www.parabolaeditorial.com.br/website/index.php?option=com_content&view=article&id=261%3Aa-escrita-escolar-uma-pratica-que-desenvolve-nos-alunos-a-consciencia-de-ser-autor&catid=63%3Ablog&Itemid=131 Acesso em 25 Set de 2014.

CANDIDO, Antonio. **Vários escritos**. São Paulo: Duas Cidades, 1995.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS. **Arte**. Brasília: MEC, 1997.

REZENDE, Irene Severina. O ensino da literatura, engessado por leis e decretos. SILVA, Agnaldo Rodrigues (org.). **Revista Ecos**. Temática: Literatura, língua e ensino. Cáceres: UNEMAT Editora, volume 11, n. 2, 2011.

SILVA, Agnaldo Rodrigues; KARIM, Taisir M; COSTA, Vani Maria de Melo. Universidade, política e ensino: o Brasil do Século XXI. SILVA, Agnaldo Rodrigues; KARIM, Taisir M. **Universidade e Política** – temas do ensino. Cáceres: UNEMAT Editora, 2010, p. 15-34.

_____. O ensino da literatura e da arte na educação básica: uma discussão metodológica. SILVA, Agnaldo Rodrigues (org.). **Licenciaturas em foco: da universidade à escola**. Cáceres: UNEMAT Editora, 2011, p. 15-27.

VIEIRA, Juçara Dutra. A condição docente: trabalho e formação. SOUZA, João Valdir Alves (org.). **Formação de professores para a educação básica** – dez anos de LDB. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p. 175-189.